

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO / MG



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2014

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL – DIREITO COM OAB

Leia atentamente as instruções abaixo:

- Esta prova contém 100 questões de múltipla escolha com 04 opções de resposta cada;
- Transcreva para a folha de respostas a alternativa que julgar correta;
- Assinale somente uma alternativa em cada questão;
- Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas ou contiver rasuras ou estiver sem marcação;
- Não rasure a folha de respostas, pois não será distribuída outra;
- O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal, juntamente com a folha de respostas, seu caderno de questões;
- O candidato poderá utilizar o verso da prova para cálculos, se necessário;
- O candidato poderá anotar suas respostas somente na folha de rascunho padrão, entregue pelo fiscal de sala para posterior conferência com o Gabarito Oficial;
- Leia com atenção cada questão da prova e não deixe nenhuma sem resposta;
- Duração desta prova: (04h00min) Quatro horas;
- A ausência do recinto de provas somente será permitida depois de decorridos 60 minutos do início das mesmas;
- O gabarito oficial e o caderno de questões serão divulgados no site www.reisauditores.com.br e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Bom Despacho a partir das 16 horas do dia 29/09/2014;
- **O candidato que não se cadastrou no site www.reisauditores.com.br deverá preencher os dados complementares solicitados no verso desta capa;**

ATENÇÃO ao preencher a Folha de Respostas!

E não esqueça de assiná-la no campo apropriado!

A não assinatura na Folha de Respostas elimina o candidato!

A Folha de Respostas contém as necessárias instruções de seu preenchimento.

Faça a prova com calma e boa prova!

Inscrição nº:

Nome do candidato:



Reis & Reis Auditores Associados
www.reisauditores.com.br

DADOS COMPLEMENTARES À INSCRIÇÃO – RECADASTRAMENTO

O preenchimento é obrigatório pra quem não se cadastrou no site da Reis & Reis

*NOME COMPLETO:		
*CPF:	*RG:	*ÓRGÃO EXPEDIDOR:
*NOME DA MÃE:		
*DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____	*ESTADO CIVIL [] SOLTEIRO [] CASADO [] DIVORCIADO [] VIÚVO	
*SEXO: [] FEMININO [] MASCULINO		*ESCOLARIDADE:
*LOGRADOURO (RUA, AV. ETC):		
*NÚMERO:	COMPLEMENTO:	*BAIRRO:
*CIDADE:		*UF:
TELEFONE RESIDENCIAL:		TELEFONE CELULAR:
E-MAIL:		

* PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO



PROVA Nº01

PORTUGUÊS

Leia o texto 01, abaixo, para responder as questões de 01 a 10.

Nós vencidos pelas minorias

O sentimento corporativista exacerbado está levando nosso país a um beco sem saída, com o prevalecimento da vontade de pequenas minorias sobre a multidão de brasileiros espremidos em suas casas ou nos congestionamentos de trânsito provocados por grupos descontentes. Classes de trabalhadores, intelectuais ou não, têm entendido que seus problemas são mais importantes que os dos outros e se atiram, desde junho, a uma série de manifestações públicas de seus interesses, compreensíveis sob certo ponto de vista, mas que infernizam a vida de milhões de pessoas.

Para essas manifestações vem sendo defendida ideia de que a Constituição brasileira garante a liberdade de expressão do pensamento e, portanto, não se poderia impedir que pequenos grupos de pessoas interrompam grandes artérias nas cidades e até as estradas por onde circulam nossas riquezas. Esse, sem nenhuma dúvida, é um erro grave. A manifestação de pensamento está realmente prevista na Constituição, que a tornou livre, no seu artigo 5.º, IV, e também no artigo 220, que dispõe que a manifestação do pensamento, sob qualquer forma,

processo ou veiculação, não poderá sofrer restrição, vedada qualquer forma de censura de natureza política, ideológica e artística.

Porém transparece claramente no texto constitucional que restou amparada tão somente a exteriorização do pensamento, ou seja, qualquer pessoa tem o direito inalienável de dizer o que pensa a interlocutores presentes ou ausentes. Essa liberdade não inclui de forma alguma a violência materializada de insatisfações, de reivindicações não atendidas, nem contrariedades com a conduta não aprovada de adversários políticos.

Da mesma forma que a Constituição não permite que se possa impor a alguém uma obrigação que conflite com sua crença religiosa ou sua convicção filosófica ou política, também não está autorizado o uso de força física ou de violência como amparo a pretensões pessoais ou corporativas. O uso dessa força e a violência, se não forem contidos, tenderão a tornar-se cada vez mais graves.

Atear fogo em pneus ou madeira nas ruas e avenidas ou em estradas como forma de interromper o trânsito e chamar a atenção para sentimentos corporativos constitui conduta inadequada que está prevista e é punida pelo Código Penal, e não a liberdade de expressão prevista na Constituição. Essa exacerbação de valores corporativos está evidenciando em nosso país uma espécie de porre de democracia que concorre não para seu aprimoramento, mas para seu

enfraquecimento. Realmente, o desrespeito à liberdade de transitar livremente imposta à maioria resulta de manifestações equivocadas de uma minoria, ou seja, inverte-se o princípio democrático de que sempre deve prevalecer a vontade da maioria, e não da minoria.

As pretensões e os sentimentos desses grupos que lutam por direitos devem ser compreendidos e respeitados, mas, seguramente, há uma lacuna da lei. Verifica-se o que os romanos chamavam de *lege ferenda*, ou seja, questão que deve ser enfrentada e disciplinada por lei. Para isso, entretanto, dependeríamos do sempre moroso Congresso Nacional.

Nem se fale daqueles grupos de baderneiros que se aproveitam da boa-fé de manifestantes bem-intencionados e quebram bancos, lojas de automóveis, sinais de trânsito, postos telefônicos, tudo para demonstrar que desejam existir, mas nem sabem como e com que propósitos, porque preferem manter-se anônimos e com o rosto coberto por máscaras. Eles parecem entender, em conduta anarquista, que só as leis que consideram boas devem ser cumpridas. Daí a sem-cerimônia com que as desrespeitam, até debochando de cada um de nós que não pensamos da mesma maneira.

A conduta delinquente desses grupos está claramente prevista no artigo 163 do Código Penal e por isso mesmo não será admissível que o Estado brasileiro deixe de enfrentá-los ou coibi-los. Quando se trata de

crime contra o patrimônio, público ou privado, eventual omissão do policiamento será tão criminosa como a própria conduta dos delinquentes. Isso, lamentavelmente, vem ocorrendo entre nós e se repete a cada dia.

Não se deseja que haja violência na contenção desses grupos, todavia a indiferença, o pouco-caso e a vista grossa do policiamento fazem o mau exemplo frutificar, dada a evidência da impunidade. Na presença de crime claramente caracterizado, torna-se inadmissível cruzar os braços. Os maus exemplos são tão perigosos que esses infratores chegaram ao extremo de danificar o tradicional Monumento às Bandeiras, no Ibirapuera, que representa um marco da civilização paulista. Quando se trata, como no caso, de dano em bem especialmente protegido por lei em razão de seu valor artístico, histórico e cultural, configura-se grave infração ao artigo 63 da Lei n.º 9.605/98 (Lei do Meio Ambiente), significando que é obrigação da Polícia Civil identificar e propor a punição dos infratores.

Insiste-se em que a necessidade de punição tem o propósito de proteger a sociedade, não se podendo confundir com o não reconhecimento do exercício de liberdades previstas na Carta Magna. A ação penal, no caso, é pública incondicionada, significando que não se admite acomodação do aparelho de Estado.

(Aloísio de Toledo César
– Desembargador do Tribunal de JUSTIÇA
DE São Paulo – Publicado em O Estado de
São Paulo em 12 de outubro de 2013)

01) Pela leitura do texto, e tendo em vista o título apresentado: "Nós vencidos pelas minorias", o grupo que melhor representa essa minoria retratada pelo autor é:

- a) A classe política brasileira, que corrompe as instituições brasileiras com a prática sistematizada da corrupção;
- b) O Estado brasileiro inerte à quebradeira dos manifestantes;
- c) A polícia brasileira mal aparelhada que não tem reação frente à violência das manifestações;
- d) Os grupos descontentes que realizam manifestações e infernizam a vida de milhões de brasileiros.

02) Identifique qual das charges abaixo resume a ideia principal retratada no sétimo parágrafo do texto:

a)



b)



c)



d)



03) De acordo com o entendimento do autor está correta a afirmativa:

- a) As pretensões e os sentimentos desses grupos que lutam por direitos não devem ser ouvidos nem mesmo respeitados;
- b) É um erro a ideia defendida de que a Constituição brasileira garante a liberdade de expressão do pensamento e, portanto, não se poderia impedir que pequenos grupos de pessoas interrompam grandes artérias nas cidades e até as estradas por onde circulam nossas riquezas;

c) Todo tipo de manifestação mesmo que violenta deve ser considerada legítima pelo Estado Brasileiro;
d) A polícia esta absolutamente correta em não interferir sob qualquer forma nas manifestações realizadas pela sociedade civil organizada, já que este é um direito constitucional.

04) Na frase:

“Para essas manifestações vem sendo defendida ideia de que a Constituição brasileira garante a liberdade de expressão do pensamento e, **portanto**, não se poderia impedir que pequenos grupos de pessoas interrompam grandes artérias nas cidades e até as estradas por onde circulam nossas riquezas.”

A palavra em destaque **não** pode ser corretamente substituída, sem comprometer o entendimento da frase por:

- a) logo;
- b) conseqüentemente;
- c) entretanto;
- d) então.

05) – Na frase:

“O sentimento corporativista **exacerbado** está levando nosso país a um beco sem saída, com o prevalecimento da vontade de pequenas minorias (...)”

A palavra em destaque pode ser corretamente substituída por: EXCETO.

- a) intenso;
- b) exagerado;
- c) assoberbado
- d) elevado.

06) Segundo o autor, o fenômeno que ele denomina de “porre de democracia” contribui para:

- a) o aprimoramento da democracia;
- b) o aumento da violência de forma generalizada;
- c) o fortalecimento das ações policiais contra manifestações violentas;
- d) o enfraquecimento da própria democracia.

07) Em seu texto, o autor define o Congresso Nacional como sendo:

- a) moroso;
- b) ágil;
- c) corrupto;
- d) incompetente.

08) Na frase:

“O sentimento corporativista exacerbado está levando nosso país a um **beco sem saída**”.

Qual figura de linguagem está representada na expressão em destaque?

- a) pleonismo;
- b) metáfora;
- c) prosopopeia;
- d) metonímia.

09) De acordo com o texto, podemos afirmar que pelo princípio democrático sempre deve prevalecer a vontade:

- a) da minoria;
- b) dos manifestantes;
- c) da maioria;
- d) dos políticos brasileiros.

10) No 3º parágrafo, a expressão em destaque se refere à:

“**Essa liberdade** não inclui de forma alguma a violência materializada de insatisfações, de reivindicações não atendidas, nem contrariedades com a conduta não aprovada de adversários políticos.”

- a) Liberdade de ir e vir;
- b) Livre manifestação do pensamento;
- c) Liberdade de manifestações violentas;
- d) Liberdade de associação corporativa.

11) Avalie as palavras abaixo:

- I – **chu**va;
- II – Car**ro**;
- III – un**ha**
- IV – cam**po**

Representam dígrafos que desempenham a função de consoantes:

- a) Apenas as palavras I e II;
- b) Apenas as palavras II e III;
- c) Apenas as palavras I, II e III;
- d) Apenas a palavra IV.

12) Representa exemplo de uma frase imperativa:

- a) Faça-o entrar no carro!
- b) Obrigaram o Deputado a sair do plenário.
- c) Bons ventos o levem!
- d) Que prova difícil!

13) A frase:

“Entrei na casa e sentei-me.”

Possui quantas orações?

- a) duas;
- b) três;
- c) quatro;
- d) apenas uma oração.

14) Analise a oração abaixo:

As praias **estão cada vez mais poluídas.**

O termo em destaque representa um dos elementos essenciais da oração:

Este elemento é:

- a) o sujeito;
- b) o predicado;
- c) o adjunto adnominal;
- d) o aposto.

15) Na frase:

“Dispensamos todos os funcionários.”

O sujeito é:

- a) indeterminado;
- b) inexistente;
- c) implícito e determinado;
- d) funcionários.

16) Identifique a predicação verbal na frase abaixo:

"Os animais precisam de carinho."

O verbo é:

- a) Intransitivo;
- b) Transitivo Direto;
- c) Transitivo Indireto;
- d) Transitivo Direto e Indireto.

17) Em qual das frases abaixo o verbo se apresenta na "voz ativa":

- a) A aluna foi escolhida pelos professores;
- b) Maria é amada por muitos;
- c) A situação já era conhecida por todos;
- d) Eu escolhi os vencedores.

18) Qual das frases abaixo representa um adjunto adverbial de conformidade:

- a) Talvez seja melhor não irmos à praia hoje;
- b) Ela fez tudo conforme o combinado;
- c) Sempre fizemos tudo por você;
- d) Aquele menino trabalha por pura necessidade.

19) Na frase:

Tentei chegar mais tarde, **porém** não consegui.

A conjunção coordenativa pode ser corretamente substituída por: EXCETO.

- a) contudo;
- b) todavia;
- c) no entanto;
- d) portanto.

20) Na frase:

A prova já tinha começado, **quando** ele passou mal.

A expressão em destaque representa uma:

- a) oração subordinada
- b) conjunção subordinativa;
- c) conjunção coordenativa;
- d) nenhuma das alternativas acima.

21) Marque a alternativa que apresenta erro em relação às normas gramaticais:

- a) Marina fica mais bonita **à medida em que** cresce;
- b) Marina fica mais bonita **na medida que** cresce;
- c) Marina fica mais bonita **à medida que** cresce;
- d) Marina fica mais bonita **na medida em que** cresce.

22) Na frase:

Eis livro **de que** preciso.

A expressão em destaque é:

- a) complemento nominal;
- b) objeto direto;
- c) objeto indireto;
- d) predicativo do sujeito;

23) A figura de linguagem presente em:

"Adoro ler **Machado de Assis**."

Representa uma:

- a) metáfora;
- b) metonímia;
- c) catacrese;
- d) pleonismo.

24) Na frase:

"Entre para dentro da casa assim que anoiteceu."

Apresenta um vício de linguagem conhecido como:

- a) redundância;
- b) barbarismo;
- c) morfologia;
- d) solecismo.

25) Marque a alternativa que apresenta **erro** gramatical quanto à concordância verbal:

- a) A maioria dos professores aprovou a ideia;
- b) Os músicos tocaram uma linda música;
- c) Um bando de mendigos destruiu a praça;
- d) Cerca de mil manifestantes participou das confusões.

PROVA Nº02
MATEMÁTICA

26) Representam exemplos de números Racionais (Q):

- a) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17,
- b) ..., -8, -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8,
- c) $\frac{1}{2}$, $\frac{3}{4}$, 0,25, $-\frac{5}{4}$;
- d) $\sqrt{2}$, $\sqrt{3}$, $-\sqrt{5}$, 1,32365498..., 3,141592....

27) Pertencem ao conjunto dos naturais os números inteiros positivos, incluindo o zero. Esse conjunto é representado pela letra:

- a) N - maiúscula
- b) n - minúscula
- c) Z - maiúscula
- d) U - Maiúscula

28) O antecessor de 1.148 é:

- a) 1.149
- b) 1.140
- c) 1.147
- d) 1.150

29) Determine o valor da expressão algébrica abaixo, com $x = 2$:

$$2x^4 + 4x - 5$$

- a) 67
- b) 40
- c) 35
- d) 25

30) Resolva:

$$\frac{x+2}{x^2-4x+4}$$

Sabendo-se que $x = 6$

- a) 1/16
- b) 1/2
- c) 1/4
- d) 2/3

31) Resolva a equação abaixo:

$$8x + 24 = 40$$

- a) 2
- b) 16
- c) 8
- d) 64

32) Resolva:

$$4x(x+6) - x^2 = 5x$$

X é igual a:

- a) 3
- b) 4
- c) 5
- d) 6

33) Qual a resposta da equação $81x - 27 - 49 = -7x + 12$

- a) 1;
- b) 88;
- c) 2;
- d) 10.

34) Resolva a inequação:

$$2x - 6 < 0$$

- a) $x = 3$
- b) $x < 3$
- c) $x < 2$
- d) $x < 0$

35) Maria saiu de casa às 13h 35min, caminhando até a escola que fica a 5 minutos de sua casa, e chegou na hora da aula de reforço cuja duração é de duas horas e vinte minutos. A que horas terminará a aula de Maria?

- a) 17 horas;
- b) 15 horas e 40 minutos;
- c) 16 horas;
- d) 16 horas e 35 minutos;

PROVA Nº03
INFORMÁTICA

36) O logotipo identificado abaixo representa o navegador de internet:



- a) Mozilla Firefox;
- b) Google Chrome;
- c) Internet Explorer;
- d) Windows Explorer.

37) O protocolo HTTPS é utilizado, em regra, quando se deseja evitar que a informação transmitida entre o cliente e o servidor seja visualizada por terceiros, como por exemplo no caso de compras online. A existência na barra de tarefas de um cadeado (que pode ficar do lado esquerdo ou direito, dependendo do navegador utilizado) demonstra:

- a) Certificação de página segura (SSL);
- b) Proteção de segurança contra vírus;
- c) Página sem protocolo de segurança SQL;
- d) Nenhuma das opções acima.

38) Dentre os princípios básicos da segurança da informação, aquele que prevê a garantia da exatidão da informação, ou seja, que a informações não seja modificada de forma indevida é:

- a) O princípio do não repúdio;
- b) O princípio da confidencialidade;
- c) O princípio da disponibilidade;
- d) O princípio da integridade.

39) O desrespeito à política de segurança na internet ou à política de uso aceitável de uma instituição pode ser considerado como um incidente de segurança.

Avalie as afirmativas abaixo quanto aos cuidados a serem tomados no uso da internet.

I - procure estar ciente da política de segurança da empresa onde você trabalha e dos serviços que você utiliza (como Webmail e redes sociais);

II - fique atento às mudanças que possam ocorrer nas políticas de uso e de privacidade dos serviços que você utiliza, principalmente aquelas relacionadas ao tratamento de dados pessoais, para não ser surpreendido com alterações que possam comprometer a sua privacidade;

III - fique atento à política de confidencialidade da empresa onde você trabalha e seja cuidadoso ao divulgar informações profissionais, principalmente em blogs e redes sociais;

IV - notifique sempre que se deparar com uma atitude considerada abusiva, tais como: compartilhamento de senhas; divulgação de informações confidenciais; envio de boatos e mensagens contendo spam e códigos maliciosos e outros

Estão corretas:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III;
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV;
- c) Apenas as afirmativas I, III e IV;
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

40) No uso de atalhos do teclado para guias e janelas no Linux, o **CRTL N** realiza qual função?

- a) Alterna para a última guia;
- b) Abre uma nova janela;
- c) Abre a página "Histórico";
- d) Maximiza ou minimiza a janela.

41) É a cópia de dados de um dispositivo de armazenamento em outro para que possam ser restaurados em caso de perda dos dados originais, o que pode envolver apagamentos acidentais ou corrupção dos dados.

- a) Savescreen
- b) Área de transferência
- c) Konquerror
- d) Backup

42) "Exibe o título ou nome do arquivo aberto no Writer, traz também os botões de minimizar, restaurar/maximizar e fechar a janela deste arquivo, caso você tenha mais de um arquivo aberto a ação aplicada fechará todos eles".

A definição acima se refere às:

- a) Barra de Menus;
- b) Barra de Ferramentas;
- c) Barra de Títulos;
- d) Barra de Funções.

43) O armazenamento do documento é uma das razões fundamentais para o uso de um editor de textos. O procedimento que confirma o

armazenamento do documento em um meio de armazenamento é o salvamento do arquivo que pode ser automaticamente ou manualmente.

Para salvar um documento, no Editor de Textos - Writer você poderá usar: **EXCETO**

- a) O botão Salvar, representado pelo disquete na Barra Padrão;
- b) A opção Salvar do menu Arquivo;
- c) A combinação de teclas Ctrl + S pressionadas simultaneamente;
- d) A combinação de teclas Ctrl + Shift pressionadas simultaneamente.

44) Marque a alternativa correta sobre o Editor de Textos - Writer:

- a) Se você deseja enviar o arquivo do Editor de Textos Writer, para alguém que utilize um Office de formato proprietário da Microsoft salve no formato "Microsoft Word 97/2000/XP(.doc)" desta forma o arquivo poderá ser aberto tanto no pacote Office da Microsoft quanto no BOffice/LibreOffice;
 - b) Caso o arquivo já tenha sido salvo anteriormente e você deseja salvar com um novo nome e NÃO alterar o arquivo original você deverá selecionar no menu "Arquivo" - "Salvar" esta opção permite que você faça cópias (versões) de seu arquivo;
 - c) A opção de "Salvar Como" pode ser acessada pressionando-se as teclas **CTRL+SHIFT+S** alternadamente;
 - d) Os arquivos criados no Writer não podem ser abertos em versão PDF.
-

45) Na figura abaixo o número representado na coluna B, linha 6 é:

B6		f(x) Σ =	=B2+B3+B4+B5	
	A	B	C	
1	Mês	Despesas		
2	Março	520		
3	Abril	420		
4	Maior	450		
5	Junho	450		
6		1840		

- a) o total das despesas do mês de julho;
b) a soma das despesas de março a junho;
c) a soma de B2 a B4;
d) nenhuma das opções acima.

PROVA Nº 04 LEGISLAÇÃO

46) A Constituição Federal atualmente em vigor no Brasil foi promulgada em:

- a) 15 de novembro de 1988;
b) 05 de outubro de 1998;
c) 07 de setembro de 1988;
d) 05 de outubro de 1988;

47) A República Federativa do Brasil, é formada pela união indissolúvel dos: **EXCETO**

- a) Estados
b) Municípios
c) Distrito federal
d) Territórios

48) A Constituição Federal determina que a República Federativa do Brasil, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos (entre outros):

- I - a soberania;
II - a cidadania;
III - a dignidade da pessoa humana;
IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
V - o pluralismo político.

Estão corretas:

- a) Apenas as alternativas I, II e III;
b) Apenas as alternativas II, III e IV;
c) Apenas as alternativas I, II, III e IV;
d) Todas as alternativas estão corretas.

49) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si:

- a) O Executivo;
b) O Legislativo;
c) A sociedade civil organizada;
d) O Judiciário.

50) É a atividade do Estado de dar cumprimento aos comandos normativos para realização dos fins públicos, sob regime jurídico administrativo (em regra), e por atos passíveis de controle.

É exercida tipicamente pelo Poder Executivo, mas pode ser desempenhada também pelos demais Poderes, em caráter atípico:

A definição acima se refere à:

- a) Função Administrativa;
b) Função Regulamentar;
c) Função Legislativa
d) Função Normativa;

51) São fontes do Direito Administrativo:

I - os preceitos normativos do ordenamento jurídico, sejam eles decorrentes de regras ou princípios, contidos na Constituição, nas leis e em atos normativos editados pelo Poder Executivo para a fiel execução da lei;

II - a jurisprudência, isto é, reunião de diversos julgados num mesmo sentido.

III - Se houver Súmula Vinculante, a jurisprudência será fonte primária e vinculante da Administração Pública;

IV - a doutrina: produção científica da área expressa em artigos, pareceres e livros, que são utilizados como fontes para elaboração de enunciados normativos, atos administrativos ou sentenças judiciais;

V - os costumes ou a praxe administrativa da repartição pública.

Estão corretas:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III;
- b) Apenas as afirmativas II, III e V;
- c) Apenas as afirmativas I, II, III e IV;
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

52) São princípios do Direito Administrativo expressos no caput do art. 37 da Constituição: **EXCETO:**

- a) legalidade;
- b) integridade;
- c) impessoalidade;
- d) publicidade;

53) Para realizar suas atividades, a Administração Pública detém prerrogativas ou poderes.

O poder que consiste “na atividade de condicionar e restringir o exercício dos direitos individuais, tais como propriedade e a liberdade, em benefício do interesse público”, tendo como a discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade, se refere:

- a) Ao poder normativo;
- b) Ao poder disciplinar;
- c) Ao poder de polícia;
- d) Ao poder discricionário.

54) “A declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância de lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle do Poder Judiciário.

Tendo em vista o regime jurídico administrativo, possuem os seguintes atributos: presunção de legitimidade e veracidade; imperatividade, pois se impõem aos seus destinatários, independentemente de sua concordância; autoexecutoriedade, podendo a Administração como regra executar suas decisões, sem a necessidade de submetê-las previamente ao Poder Judiciário.”

A definição acima se refere ao:

- a) ato administrativo;
 - b) processo administrativo;
 - c) procedimento administrativo;
 - d) projeto administrativo.
-

55) Representam modalidades de licitação, previstas na Lei 8666/93: **EXCETO:**

- a) Carta Convite
- b) Processo Seletivo;
- c) Concurso;
- d) Leilão;

56) "É a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, ressalvado o disposto no art. 19 da lei 8666/93":

- a) Tomada de Preços;
- b) Concorrência;
- c) Processo Seletivo;
- d) Cotação;

57) Com relação à licitação, o princípio que prevê que a Administração não pode, concluído o procedimento, atribuir o objeto da licitação a outrem que não o vencedor, denomina-se:

- a) Princípio do Julgamento objetivo;
- b) Princípio da Adjudicação compulsória;
- c) Princípio da Homologação Subjetiva;
- d) Princípio da Isonomia.

58) Sobre as licitações podemos afirmar: EXCETO

- a) Dentre os tipos de licitações existentes, o menor preço é regra geral, só podendo ser afastada pelo tipo melhor técnica, ou técnica e preço, quando os serviços a serem contratados forem predominantemente intelectuais.
- b) o tipo maior lance ou oferta é utilizado nos casos de alienação de

bens ou concessão de direito real de uso;

c) para bens e serviços de informática, é obrigatória a utilização do tipo técnica e preço.

d) na elaboração de serviços de natureza intelectual, pode-se aplicar, excepcionalmente, o tipo de licitação melhor técnica.

59) De acordo com a Lei Orgânica do Município de Bom Despacho, o exercício indireto do poder pelo povo no Município se dá por:

- a) Plebiscito;
- b) Referendo;
- c) Iniciativa Popular;
- d) representantes eleitos mediante sufrágio universal e voto direto secreto.

60) O processo legislativo compreende a elaboração de: EXCETO:

- a) emenda à Lei Orgânica;
- b) lei complementar;
- c) Portaria ordinária;
- d) decreto legislativo;

61) O Poder Executivo é exercido:

- a) Pelo Presidente da Câmara Municipal;
- b) Pelos Vereadores;
- c) Pelo Prefeito Municipal;
- d) Pelo Chefe de Gabinete.

62) A eleição para Prefeito e Vice Prefeito são para um mandato de:

- a) Cinco anos;
- b) Quatro anos;
- c) Oito anos
- d) Três anos;

63) Qual das frases abaixo representa um adjunto adverbial de conformidade:

- a) Talvez seja melhor não irmos à praia hoje;
- b) Ela fez tudo conforme o combinado;
- c) Sempre fizemos tudo por você;
- d) Aquele menino trabalha por pura necessidade.

64) Representam Impostos de Competência do Município: EXCETO

- a) IPTU;
- b) ISSQN;
- c) ITBI;
- d) ICMS;

65) O Município aplicará anualmente ____, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e da educação.

A opção que completa corretamente a lacuna acima é:

- a) 25%;
- b) 20%;
- c) 15%;
- d) 35%.

66) A investidura no cargo público ocorrerá com a:

- a) Aprovação em concurso público;
- b) Convocação
- c) Nomeação
- d) Posse

67) O prazo de validade do concurso público será de:

- a) dois anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos em conformidade com a necessidade da Administração;
- b) dois anos, prorrogável uma única vez, por igual período;
- c) quatro anos improrrogáveis;
- d) nenhuma das alternativas acima.

68) A quem compete originariamente homologar o concurso público da Prefeitura Municipal?

- a) ao legislativo municipal;
- b) ao Ministério Público;
- c) ao Prefeito Municipal;
- d) ao Secretário Municipal de Administração.

69) No período do estágio probatório apurar-se-ão os seguintes requisitos: **EXCETO**

- a) Idoneidade moral;
- b) Improbidade administrativa;
- c) Disciplina;
- d) Assiduidade;

70) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de:

- a) 30 dias;
- b) 90 dias;
- c) 5 dias;
- d) 120 dias.

PROVA Nº 13
INGLÊS

Paris, 1938. Camille Saint-Saens is three years old. He can already read and write, and he has piano lessons. Soon, he also starts composing his own music. When Camille is 10, he gives his first concert as a singer. He sings music by Bach, Beethoven, and Mozart. When he is 16, he writes his first symphony.

Camille Saint-Saens becomes famous. He writes more than 300 pieces of music, among 13 operas. He becomes the first composer to write music for the movies.

Saint-Saens travels a lot. He travels around Europe, North Africa, and South America. He dies on December 16, 1921, in North Africa.

Answer questions 71 and 72, based on the text:

71) About Camille Saint-Saens, is correct to say:

- a) He wrote his first symphony, when he have sixteen years old.
- b) He is a famous piece of music;
- c) He sings music with Beethoven, Mozart and Bach;
- d) She have three years old.

72) Camille Saint-Saens wrote more than:

- a) three operas;
- b) Three Hundred pieces of music;
- c) thirty operas;
- d) Three Thousand piece of musics.

73) Choose the correct **object pronoun**, that complete the phrase below:

On Saturday morning Bob plays the piano, but Sarah doesn't play _____.

- a) me;
- b) them;
- c) us;
- d) it.

74) Concerning the modals, all the alternatives below are correct, except:

- a) In no situation it is possible to use "Will" with the meaning of "please";
- b) "Would" can make a request sound more polite;
- c) "Must" can sometimes form rhetorical questions, when you want the person to stop doing something (UK);
- d) "Must" also indicates an assumption or probability.

75) Which one of the following alternatives does not offer a correct synonym for the phrasal verbs presented:

- a) To come about = to happen/occur;
- b) To come into = to inherit;
- c) To come across = to locate something you have always known where it was;
- d) To come over = to visit someone at his house.

PROVA Nº15
GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL –
DIREITO COM OAB

76) Avalie as afirmativas abaixo sobre as fontes do Direito Administrativo:

I – A doutrina, em sentido amplo, é a fonte primária do Direito Administrativo, abrangendo esta expressão desde a Constituição até os regulamentos executivos. E compreende-se que assim seja, porque tais atos, impondo o seu poder normativo aos indivíduos e ao próprio Estado, estabelecem relações de administração de interesse direto e imediato do Direito Administrativo.

II – A lei, formando o sistema teórico de princípios aplicáveis ao Direito Positivo, é elemento construtivo da Ciência Jurídica à qual pertence a disciplina em causa. A lei é que distingue as regras que convêm ao Direito Público e ao Direito Privado, e mais particularmente a cada um dos sub-ramos do saber jurídico.

III – A jurisprudência, traduzindo a reiteração dos julgamentos num mesmo sentido, influencia poderosamente a construção do Direito, e especialmente a do Direito Administrativo, que se ressentir de sistematização doutrinária e de codificação legal.

Estão incorretas:

- a) Apenas as afirmativas I e II;
- b) Apenas as afirmativas I e III;
- c) Apenas as afirmativas II e III;
- d) Todas as afirmativas estão incorretas.

77) Este princípio possui duas vertentes, na primeira, qualquer ato da Administração Pública deve ser no sentido de zelar pelo interesse público, nunca pelo interesse pessoal do agente público. Na outra, os atos são imputados à entidade a que se vincula o agente público, não a ele próprio.

O princípio do Direito Administrativo referido acima é:

- a) Princípio da Pessoaalidade;
- b) Princípio da Impessoalidade;
- c) Princípio da Legalidade;
- d) Princípio do Interesse Pessoal.

78) “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.”

O texto acima da Súmula Vinculante 13 do STF, veda:

- a) O Autoritarismo;
- b) O Nepotismo;
- c) O Contratualismo;
- d) O Apadrinhamento político.

79) São servidores públicos, em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos.

Podem se classificar em: EXCETO:

- a) servidores estatutários - sujeitos ao regime estatutário;
- b) empregados públicos - sujeitos ao regime da CLT;
- c) servidores temporários - contratados por tempo determinado, nos termos do art. 37, inc. IX, da CRFB/88;
- d) Agentes Políticos.

80) São características dos agentes políticos: EXCETO

- a) Sua competência está prevista na Constituição Federal;
- b) Não estão sujeita a regras comuns aplicáveis aos servidores públicos em geral;
- c) Não são hierarquizados;
- d) Exercem função pública.

81) Os Agentes Políticos são investidos no cargo por meio de: EXCETO

- a) Eleição;
- b) Nomeação;
- c) Designação;
- d) Convocação.

82) São características do Poder Constituinte Originário? **EXCETO:**

- a) Inicial: não existe nenhum outro antes ou acima dele;

b) condicionado: está submetido a regra de forma ou de conteúdo pré-estabelecida;

c) Permanente: continua existindo mesmo após concluir a sua obra;

d) Inalienável: sua titularidade não é passível de transferência;

83) Caracteriza-se, em princípio, como um mecanismo de correção presente em determinado ordenamento jurídico, consistindo em um sistema de verificação da conformidade de um ato (lei, decreto, etc) em relação à Constituição. Não se admite que um ato, hierarquicamente, inferior à Constituição confronte suas premissas, caso em que não haveria harmonia das próprias normas, gerando insegurança jurídica para os destinatários do sistema jurídico:

- a) Poder Constituinte Originário;
- b) Poder Constituinte Autorizado;
- c) Controle de Constitucionalidade;
- d) Competência Constitucional.

84) O Poder Constituinte Derivado é o poder de:

- a) Extinguir uma Constituição;
- b) Modificar uma Constituição;
- c) Criar uma nova Constituição;
- d) Nenhuma das opções acima.

85) Instrumento que obriga os juízes das instâncias inferiores a seguirem as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) com relação a temas específicos:

- a) Súmula Ordinária
- b) Súmula Vinculante;
- c) Entendimento Técnico;
- d) Emenda Constitucional

86) É um tipo de ação diferenciada de todas as outras, não só pelo motivo de estar garantida na Constituição Federal, mas também porque é garantia de direito à liberdade, que é direito fundamental, e por tal motivo é ação que pode ser impetrada por qualquer pessoa, não sendo necessária a presença de advogado ou pessoa qualificada, nem tampouco de folha específica para se interpor tal procedimento, podendo ser, inclusive, escrito à mão.

- a) Mandado de Segurança;
- b) Habeas Corpus;
- c) Ação Civil Pública;
- d) Ação Popular;

87) "Têm como nota característica a imposição ao Estado não apenas da abstenção em relação ao indivíduo, mas, sobretudo, de um papel ativo na realização da justiça social. São os direitos sociais, culturais e econômicos, também chamados de prestacionais, pois que atribuem ao Estado a promoção de ações para superar suas mazelas estruturais e dar efetividade ao princípio da igualdade de fato, que passa a ser o elemento principal da democracia, em ordem a superar os problemas enfrentados pela população. Exemplo: direito a políticas públicas que promovam a educação, a saúde, o trabalho e a assistência social."

Os direitos tratados no texto acima se referem:

- a) Aos Direitos Fundamentais de Primeira Geração;
- b) Aos Direitos Fundamentais de Segunda Geração;
- c) Aos Direitos Fundamentais de Terceira Geração;

d) Aos Direitos Fundamentais de Quarta Geração.

88) O contrato administrativo tem as seguintes características: EXCETO

- a) formal;
- b) oneroso;
- c) aleatório;
- d) intuitu personae.

89) Os poderes de que é dotada a Administração Pública são necessários e proporcionais às funções à mesma determinados. Em outras palavras, a Administração Pública é dotada de poderes que se constituem em instrumentos de trabalho. Estes Poderes são:

EXCETO

- a) Poder Hierárquico;
- b) Poder Político;
- c) Poder Disciplinar;
- d) Poder Regulamentar;

90) É a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a atribuição da Administração para a justa remuneração pela execução do objeto do contrato. Em outras palavras, objetiva a manutenção do equilíbrio econômico inicialmente assumido no contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior ou caso fortuito (artigo 65, § 6º).:

O instituto definido acima é:

- a) Reajustamento de Preços;
- b) Correção Monetária de Preços;
- c) Equilíbrio Financeiro;
- d) Cláusulas Exorbitantes.

91) "Tem por finalidade permitir o exercício de direito, previsto na Constituição, e que não pode ser usufruído, seja em virtude da ausência de regulamentação por parte do legislador e/ou normatizador infralegal, ou ainda em função de inação da autoridade administrativa competente:"

- a) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
- b) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação;
- c) Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- d) Ação Indireta de Inconstitucionalidade.

92) De acordo com o instrumento legal pertinente, são proponentes legítimos da Ação Declaratória de Constitucionalidade: **EXCETO**

- a) o Procurador-Geral da República;
- b) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- c) partido político com representação no Congresso Nacional;
- d) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito estadual.

93) São os fundamentais princípios aplicados no instituto da eficácia da lei penal no tempo:

- a) legalidade, no sentido de anterioridade, não há infração ou sanção penal sem lei anterior, isto é, sem lei prévia. Esse desdobramento do princípio da legalidade traduz a ideia da anterioridade penal, segundo o qual a para a aplicação da lei penal, exige-se lei anterior tipificando o crime e prevento a sua sanção;
- b) O segundo princípio constitucional (irretroatividade), descrito no art. 5º,

XL da CF, dispõe que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, impondo-se, assim, a irretroatividade da lei penal, salvo quando a lei nova seja benéfica ao acusado. Destarte, nas palavras de Luiz Flávio Gomes e Valério de Oliveira Mazzuoli "qualquer que seja o aspecto disciplinado do Direito penal incriminador (que cuida do âmbito do proibido e do castigo), sendo a lei nova prejudicial ao agente, não pode haver retroatividade";

c) à retroatividade da lei mais benigna, "é indispensável investigar qual a que se apresenta mais favorável ao indivíduo tido como infrator. A lei anterior, quando for mais favorável, terá ultratividade e prevalecerá mesmo ao tempo de vigência da lei nova, apesar de já estar revogada. O inverso também é verdadeiro, isto é, quando a lei posterior foi mais benéfica, retroagirá para alcançar fatos cometidos antes de sua vigência";

d) Todas as alternativas acima estão corretas.

94) É o delito cometido por funcionário público que usa o cargo para apropriar-se ou desviar dinheiro, valor ou bem público, em proveito próprio ou de terceiros.

- a) Peculato;
- b) Prevaricação;
- c) Concussão;
- d) Corrupção Ativa.

95) O fiscal da Receita Federal que recebe propina para não lavrar multa contra um contribuinte incorre em que tipo de crime:

- a) Concussão;
- b) Crime Contra a Ordem Tributária;
- c) Tráfico de Influência;
- d) Emprego Irregular de Rendas Públicas.

96) Ato pelo qual é ratificado todo o procedimento licitatório e conferido aos atos licitatórios aprovação para que produzam os efeitos jurídicos necessários. Normalmente utilizam-se para divulgar as empresas declaradas habilitadas ou inabilitadas, no caso da fase de documentação e na fase de julgamento das propostas, as empresas declaradas vencedoras.

- a) Adjudicação.
- b) Homologação;
- c) Intimação;
- d) Citação.

97) Para a consumação da prescrição e, no que couber, da decadência, em síntese, existe a conjugação de fatores bem nítidos, quais sejam: EXCETO.

- a) existência de um direito exercitável;
- b) inércia do titular pelo não-exercício;
- c) não-continuidade da inércia por certo tempo;
- d) ausência de fato ou ato impeditivo, suspensivo ou interruptivo do curso da prescrição – requisito aplicável à decadência excepcional, somente por previsão legal específica.

98) Avalie as afirmativas abaixo sobre a desapropriação:

I - O procedimento da desapropriação é dividido em duas fases. A primeira, denominada declaratória, tem por escopo a declaração de utilidade pública ou interesse social. A segunda fase, chamada executória, diz respeito às providências no plano concreto para a efetivação da manifestação de vontade relativa à primeira fase, podendo ser subdivida em administrativa (quando o Poder Público e o expropriado acordam quanto à indenização e o ato da expropriação) e judicial (quando a Administração entrar com Ação Expropriatória perante o Poder Judiciário).

II - Os pressupostos que autorizam a desapropriação, como já mencionado são: a necessidade pública, a utilidade pública e o interesse social; e se encontram previstos no artigo 5º, inciso XXIV da Constituição Federal. Também deve ser considerada como requisito a necessidade do pagamento de justa indenização, nos termos contidos em lei.

III - Podem ser objeto de desapropriação as coisas passíveis de direito de propriedade, ou seja, todo bem móvel ou imóvel, público ou privado, corpóreo ou incorpóreo, incluindo-se aqui até mesmo direitos em geral, com exceção aos personalíssimos.

Estão corretas:

- a) Apenas as afirmativas I e II;
- b) Apenas as afirmativas I e III;
- c) Apenas as afirmativas II e III;
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

99) "É o modo originário de aquisição do domínio, através da posse mansa e pacífica, por determinado espaço de tempo, fixado na lei. É estudado nos trabalhos referentes à propriedade, pois este efeito da posse se fundamenta no propósito de consolidação da propriedade."

- a) Composse;
- b) Usucapião;
- c) Desapropriação;
- d) Posse Nova.

100) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. HIPÓTESES LEGAIS. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. COMPROVAÇÃO. A

com a consequente invasão no patrimônio dos sócios para fins de satisfação de débitos da empresa -, é medida de caráter excepcional, sendo admitida apenas nas hipóteses expressamente elencadas no artigo 50, do Código Civil, ou, ainda, conforme entendimento sufragado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, nos casos de dissolução irregular sem a devida baixa na junta comercial, devendo, contudo, tal situação ser cabalmente comprovada. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJGO, AGRAVO DE INSTRUMENTO 362603-30.2011.8.09.0000, Rel. DES. JOAO WALDECK FELIX DE SOUSA, 2A CÂMARA CÍVEL, julgado em 13/03/2012, DJe 1041 de 12/04/2012)."

O instituto que completa corretamente a lacuna acima, e ao

qual se refere à jurisprudência apresentada acima é:

- a) Desconsideração da Pessoa Natural;
 - b) Desconsideração da Pessoa Física;
 - c) Desconsideração da Personalidade Jurídica;
 - d) Destituição da Personalidade Jurídica.
-